

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.394, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Publicado no diário da Assembleia nº3480, em 04/01/2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

Considerando os termos do Ato da Mesa Diretora nº 008/2021, de 30 de março de 2022, publicado no suplemento do Diário da Assembleia nº 3327, de 31 de março de 2022,

Considerando o Parecer Jurídico nº 0007/2022-GAB-PGA-PJA/AL-TO, de 24 de janeiro de 2022, constante do Processo nº 163/2021, bem como o Parecer Jurídico nº 047/2022-GAB-PGA-PJA/AL-TO, de 28 de março de 2022, constante do Processo nº 00127/2021, apenso ao Processo nº 00257/2018, e

Considerando a Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição concedida à servidora Márcia de Lima Porto Martins, através do Decreto Administrativo nº 790, de 9 de julho de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2640, de 16 de julho de 2018, constante do Processo nº 2020.04.01422R1, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGE-PREV,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Decreto Administrativo nº 816, de 24 de junho de 2021, publicado no Diário da Assembleia nº 3181, de 6 de julho de 2021, que alterou o Decreto Administrativo nº 790, de 9 de julho de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2640, de 16 de julho de 2018, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora **MÁRCIA DE LIMA PORTO MARTINS**, para considerá-la enquadrada no cargo de Técnico Legislativo, Classe “I”, Padrão “49”.

Art. 2º Este Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2022.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de dezembro de 2022.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente